

Apostila 8

GOVERNANÇA GLOBAL

e

PROGRESSISMO TRANSNACIONAL

Sérgio A. de A. Coutinho

Jorge R. Pereira

Setembro de 2009

PROGRESSISMO TRANSNACIONAL

1. Movimento político-ideológico (Revolução Racional Pacífica), de promoção da **Governança Global**, conduzido por uma intelectualidade (pensadores e teóricos) e por personalidades políticas do fabianismo inglês, da esquerda reformista europeia (social-democratas) e do “centro-esquerda” (autodenominado “liberal”) dos EUA e Canadá, atuando numa aliança informal e difusa, e no âmbito de uma **Sociedade Civil Global** (leis e instituições).
2. O sistema de **Governança Global** (leis e instituições), subordinado a uma autoridade normativa e executiva transnacional (“Governança sem governo”)

SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

O conjunto extra-nacional de personalidades internacionais (intelectuais, políticos, executivos de empresas, multinacionais, funcionários da ONU), grupos humanos qualificados como minorias, etnias, etc.) e organismos coletivos privados (ONGs e OGP), ideologicamente diversificados, que atuam em âmbito mundial, independentes dos Estados – Nação.

GOVERNANÇA GLOBAL

Concepção político-ideológica de uma nova ordem mundial caracterizada por um sistema transnacional de gestão (leis e instituições) estabelecido por um Pacto Global, cuja autoridade normativa e executiva supera a soberania absoluta dos Estados-Nação, para solução dos problemas de âmbito nacional (globalização econômica, criminalidade internacionalizada, pobreza, fome e doenças mundiais, direitos humanos e meio-ambiente), para a preservação da paz e promoção da prosperidade geral.

GOVERNANÇA GLOBAL E PROGRESSISMO TRANSNACIONAL

A primeira organização voluntária privada a discutir em âmbito internacional a necessidade de um ordenamento supranacional foi o **Clube de Roma**, fundado em 1968 por intelectuais, políticos e cientistas, críticos do progresso desenfreado. A declaração do grupo após a primeira conferência da entidade, adverte sobre o resultado catastrófico que resultaria, a curto prazo, do crescimento sem controle da população e da industrialização: O esgotamento do planeta.

Em 1972, aproveitando a repercussão das advertências do Clube de Roma, os movimentos globalista e ambientalista conseguem influenciar personalidades e governantes europeus e convocar a Conferência de Estocolmo, patrocinada pela ONU para debater meio-ambiente e desenvolvimento. Embora controversas as suas propostas mais radicais (controle de natalidade e desenvolvimento zero), resultou na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA).

A crescente evidência do fenômeno da globalização após o colapso soviético (1991) e dos decorrentes problemas transnacionais levou muitos intelectuais da modernidade a questionar a “nova ordem mundial” e a indagar quem deveria administrar as soluções que estivessem, no seu entender, fora da jurisdição dos Estados-Nação.

Desde então, a concepção de uma forma de gestão transnacional passou a ser motivo de consideração da intelectualidade política internacional. Todavia a idéia de **Governança Global** já estava em elaboração desde 1972 com as propostas do democrata norte-americano James N. Rosenau sobre “Governança sem Governo”, coincidentes com as de intelectuais de tendência socialista europeus. Todos com uma visão ideológica que supera o internacionalismo marxista ou que coincide com a idéia de alguns reformistas que entendem superado o Estado-Nação, ou pelo menos limitada sua soberania num mundo novo. Também viam superadas as possibilidades da Liberal-Democracia, justamente porque é de natureza e de construção nacionais exclusivas, fundada nas prerrogativas originais da criatura humana e nos valores e tradições próprias de cada Nação (nacionalismo cívico).

Não são muito nítidas as fontes político-ideológicas da Governança Global. Mas, fugindo de algumas explicações conspiratórias, certamente coincidem, com uma interpretação atualizada do conceito de “Governo Global”, idéia levantada por Bernard Shaw e por outros eminentes intelectuais fabianos, social-democratas ingleses. Propunham a unificação do mundo em unidades políticas e econômicas maiores e a criação de um Estado Mundial tecnocrático, tendo por base o Império Britânico, com a função de planejar e administrar os recursos humanos e materiais do planeta. Idéia que seria coerente com o diagnóstico posterior do Clube de Roma. Mais tarde Willian Jandell Elliot (1930) viria sugerir que os Estados Unidos da América seriam a base do Governo Mundial. A concepção atual é a da “governança sem governo” de Rosenau, inspirada na gestão técnica das empresas multinacionais.

Numa visão teórica, os intelectuais globalistas de hoje imaginam um sistema de gestão transnacional (Governança Global) constituído de órgãos executivos (comitê, secretária ou conselho), normativos (parlamento ou assembléia) e judiciários (tribunais transnacionais), à semelhança da estrutura da União Européia. Esse sistema seria o resultado de um “pacto Global” em que os Estados-Nação abririam mão da soberania absoluta cedendo parte dela, “horizontalmente” a uma rede transnacional de organizações (Sociedade Civil Global) e, “verticalmente”, a

organismos supranacionais de gestão. Aceitariam uma soberania limitada ou relativa na gestão dos assuntos internos e externos. Na instância transnacional, ficariam dispensadas as práticas liberal-democráticas representativas, substituídas pela participação da Sociedade Civil Global (que na sua concepção lhe conferiria legitimidade) e pela gestão tecnocrata.

A difusão ideológica da concepção de Governança Global e a sua realização concreta seriam um processo de “cima para baixo”, pelo protagonismo intelectual, pela permeação de personalidades, numa **Revolução Racional Pacífica**, instrumento de realização “da paz e da prosperidade”.

Progressismo Transnacional

A partir de 1975, o movimento pró-Governança Global, até então conduzindo apenas uma **agenda político-ideológica**, começou a se estruturar em torno de algo prático e ativo que veio a ser conhecido pela denominação literária e jornalística de **Progressismo Transnacional**.

Uma das primeiras iniciativas tomadas na direção do estabelecimento de uma estrutura de Governança Global foi a sugestão de criação de um sistema bicameral na ONU, pela qual a “voz do povo” (Sociedade Civil Global) seria ouvida numa espécie de “Assembléia dos Comuns”, constituída de representantes das Organizações Não-Governamentais, paralela à Assembléia Geral.

No início dos anos de 1980, o movimento ambientalista, de diferentes fontes ideológicas e já muito atuante, ganhou notoriedade pública, força política e abrangência mundial.

Valendo-se disto, o projeto de Governança Global adotou como **“ideologia intermediária”** a **defesa do meio ambiente**. Iniciou então a organização de uma vasta rede de organismos coletivos privados (Organizações Não-Governamentais – ONG’s – e Organizações Governamentais Privadas – OGP’s) para operacionalizar as palavras-de-ordem “humanitárias” de **paz, direitos humanos e proteção ambiental**.

Enfatizou uma **Agenda Ambientalista-Indigenista**, identificando os temas **meio-ambiente** e **defesa das minorias étnicas** como problemas emblemáticos (sensíveis à opinião pública) passíveis de serem aceitos sem resistência, como aqueles que exigem solução transnacional.

Objetivamente, pretendia fazer crer numa “crise ambiental” para sensibilizar e mobilizar a opinião pública mundial, personalidades internacionais e instituições, criando constrangimento e restrição à soberania nacional dos Estados-Nação numa apropriação oportuna da afirmação do Embaixador Pardo (1967) de que **“o meio-ambiente é patrimônio comum da humanidade”**. Até o lixo se transformou num problema transnacional e tema para discussão da soberania partilhada.

De maneira mais visível a partir de 1991, coincidente com o colapso soviético e com a evidência do fenômeno da Globalização, intelectuais, organizações (emblematicamente mencionamos a “Green Cross” – versão “verdejada” da organização Red Cross, ou Cruz Vermelha - fundada e mantida por Mikhail Gorbachev, que depois de se afastar do governo russo passou a se preocupar com o meio-ambiente em escala mundial) e movimentos ambientalistas passaram a orquestrar uma série de factóides que chamaram a atenção e atraíram as preocupações de personalidades políticas, de governos e da opinião pública em relação às florestas tropicais (“rain forest”), em particular à Amazônia: sua grandiosidade e fascínio justificavam a campanha preservacionista que se seguiu com a divulgação de factóides alarmistas:

- ✓ “Amazônia, pulmão do mundo”;
- ✓ “Desmatamento e queimadas na Amazônia”;
- ✓ “Amazônia, 25% das reservas mundiais de água doce”;
- ✓ “Aquecimento Global”;
- ✓ “Brasil incompetente para preservar o patrimônio da humanidade amazônico”.

Há outros factóides recorrentes, como o buraco na camada de ozônio, que associados a estes, contribuem, como grandes mobilizadores psicológicos e políticos, para aceitação da tese de **internacionalização da Amazônia**. Vale dizer: **primeiro passo concreto de realização do projeto ideológico, submetendo uma área do planeta à Governança Global**.

Além da campanha mundial de salvação da floresta então desencadeada, outra, de igual sensibilização, foi a ela associada: a preservação das “nações” indígenas, étnica e culturalmente, reconhecendo-as como **grupos humanos qualificados** com direito à autodeterminação.

A partir de então a Amazônia passou a ser alvo de uma invasão de ONG’s, antropólogos, naturalistas, missionários e ambientalistas e de uma campanha mundial de “salvação” da floresta, dos índios e do planeta. Embora aplicada a diferentes regiões da terra, o projeto trouxe a atenção do mundo para a Amazônia e, conseqüentemente, para o Brasil. Aqui encontrou um movimento ambientalista já em desenvolvimento e a conivência e parceria dos seus governos filo-socialistas eleitos a partir de 1990.

Na implementação da Agenda Ambientalista-Indigenista, destaca-se o protagonista mundial canadense Maurice Stone. Presidiu a Conferência de Estocolmo e foi organizador da Cúpula (“Cimeira”) da terra, conferência promovida pela ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92. Realizada no Rio de Janeiro em 1992, teve notável cobertura da mídia mundial. Relevantes foram a maciça e pessoal participação de governantes, a presença de representantes das ONG’s, integrando as representações oficiais, e a reunião paralela das mesmas ONG’s no Rio de Janeiro, com patrocínio da UNICEF.

A Eco-92 foi parte de uma campanha de ONG’s para difundir a idéia de “desenvolvimento sustentado”, auto-limitação do progresso das nações, e assim contribuir para redução da soberania dos Estados-Nação. A reunião paralela das ONG’s foi também considerada o primeiro passo da “democratização” da ONU para dela se chegar ao sistema de Governança Global.

Com a cúpula do Rio (ECO-92) foi criada uma rede mundial de computadores para lhe dar cobertura e difundir seus temas. O sistema operacional criado (UNIX) hoje é uma rede privativa (“governança eletrônica”) do projeto Progressismo Transnacional, interligando onze subsistemas em todo o mundo (92 países). É uma rede alternativa pois não está ligada à internet.

O movimento progressista transnacional, é orientado por uma “Intelligentsia” internacional, conjunto difuso de pensadores, teóricos, predominantemente de tendência social-democrata fabiana, intelectuais orgânicos (engajados ideologicamente), e dirigentes de ONG’s. Em 1995, foi criada a comissão para a Governança Global, constituída de 28 membros, intelectuais, políticos e dirigentes, que se reúnem em determinadas ocasiões para discutir as teses e o andamento das agendas.

A Agenda Ambientalista-Indigenista, planejada para parecer de interesse da comunidade mundial e ser instrumento de realização das aspirações ideológicas da Governança Global, também atende interesses políticos, econômicos e privados (notoriedade, poder, riqueza) de um seleto círculo de personalidades nacionais e internacionais (“Companheiros de Viagem”):

- ✓ Políticos da esquerda social-democrata européia, fabianos ingleses, gente do “centro-esquerda” (autodenominados “liberais”) dos EUA e do Canadá. Aderem por afinidade ideológica, pela militância “politicamente correta”, sintonizada com a opinião pública e para receber votos e contribuições financeiras.
- ✓ Executivos de empresas multinacionais. Aderem por interesses econômicos e pragmáticos, na expectativa de enfraquecimento dos Estados-Nação, facilitando a remoção das barreiras alfandegárias e de medidas protecionistas e, principalmente, explorando temas “politicamente corretos” e receptivos pela opinião pública na propaganda dos seus negócios.
- ✓ Personalidades, intelectuais notáveis e artistas de prestígio popular, permeados ideologicamente. Promovem as teses da Agenda, influenciando líderes, governos e a opinião pública. Por exemplo, o ex-presidente democrata dos EUA Jimmy Carter (integrante da ONG Sociedade para um Mundo Melhor), Príncipe Philip da Inglaterra (fundador da ONG WWF-Internacional), o senador democrata dos EUA Al Gore, o ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, o cantor Sting e outros que se têm manifestado em prol do meio ambiente e dos índios.

Ilustrando a participação, idealista ou pragmática, de personalidades internacionais: a WWF-Canadá foi fundada por um político e por uma empresa de fumo.

Esta “aliança” tácita proporciona ao Progressismo Transnacional divulgação junto à opinião pública e influência junto a governos, agências da ONU e instituições. Além do mais garante recursos financeiros incalculáveis, provenientes das mais variadas fontes, viabilizando a operação de Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais de apoio e eventos promotores. Principais fontes:

- ✓ Fundações internacionais privadas (p.e. Rockefeller, Ford, CS Mott, Tides, MacArthur e outras).
- ✓ Empresas multinacionais (p.ex. Body Shop inglesa, Brascan canadense e muitas outras).
- ✓ Agências da ONU p.ex. UNICEF e PNUMA).
- ✓ Governos (p.ex. EUA, Canadá, Grã-Bretanha, Alemanha e Suíça).
- ✓ Fundos, campanhas de arrecadação e doações privadas.

As contribuições financeiras oriundas de Governos às ONG’s e OGP’s se destinam à execução de programas governamentais (delegação de execução, geralmente de projetos de saúde, educação, habitação, inclusão social e meio ambiente) ou em apoio à parceria na execução de políticas nacionais e a organizações de terceiro Setor (filantrópicas) no país e no exterior. Mas também como via de fazer chegar recursos a políticos, partidos e até funcionários do Estado para realizar certos interesses nacionais, novamente dentro e fora do país doador.

Sociedade Civil Global

O Progressismo Transnacional elabora a consciência e a formação de uma Sociedade Civil Global, base política e social e de “legitimidade” da Governança Global. Será constituída do conjunto extra-nacional de personalidades políticas, intelectuais engajados, de organismos coletivos e de agências remanescentes da ONU que atuam em âmbito mundial, independente dos Estados-Nação.

A Governança Global não considera as pessoas individualmente, mas como “**grupos humanos qualificados**” que, por razões políticas, econômicas sociais e culturais, são, no seu entender, excluídos da participação nacional nos países em que vivem. Por isso são considerados grupos transnacionais, sem representação no sistema político de origem, liberal-democrata ou outro, dos Estados-Nação. Neste conceito, os “grupos qualificados” seriam constituídos por não-brancos, mulheres (adeptas radicais do feminismo), não-cristãos, homossexuais, etnias, minorias, etc. Inversamente, seriam privilegiados, também no seu entender, os brancos, cristãos, heterossexuais e burgueses. As iniquidades sociais seriam decorrentes da tradição (sistêmicas) ou da ordenação jurídica (institucionais) dos países dos grupos “excluídos”

Estes são aspectos radicais do Progressismo Transnacional.

Os **grupos humanos qualificados** (grupos humanos minoritários), conscientizados por um espírito de “diáspora” (pessoas sem pátria), organizados e representados por lideranças, comunidades autônomas ou organismos coletivos são integrantes da Sociedade Civil Global.

Soberania Limitada

1. Conceito alegado pela URSS para a intervenção militar com forças do Pacto de Varsóvia na Tchecoslováquia diante do levante estudantil de 1968 (Primavera de Praga), criando o princípio de legitimidade de ingerência de um Estado Socialista (ou coligação) em outro país socialista em defesa das conquistas do socialismo ameaçadas ou para impedir a contra-Revolução; 2. Entendimento manifestado por personalidades internacionais notáveis (políticos e intelectuais), inclusive pelo Secretário Geral da ONU, Brutos Ghali (dez. de 1992), após o colapso da União Soviética, inaugurando a “Nova Ordem Mundial”, que justificaria o “dever de ingerência” e a “intervenção humanitária” quando um Estado violar ou não tiver capacidade de impedir a violação da paz, dos direitos humanos e do meio ambiente (Humanismo Libertário). Confere: Nova Ordem Mundial. *[A posição de certas personalidades políticas nem sempre representam posição de governo, mas geralmente adesão pessoal, “politicamente correta”, às teses do Humanismo Libertário, identificação com a opinião pública e capitulação às pressões do ativismo libertário.]*

GLOSSÁRIO DE APOIO

AGENDA

Temário, programa, compromisso ou objetivo de um projeto político-ideológico, de um partido, organização ou movimento.

FACTÓIDE

Fato, verdadeiro ou não, divulgado com o sensacionalismo no propósito deliberado de gerar impacto na opinião pública e influenciá-la. (Aurélio, 3 Edição, 2003).

GLOBALISMO

Progressismo Transnacional; V

GLOBALIZAÇÃO

1. Processo de integração e de interdependência da economia e da cultura em âmbito mundial, entre países, sociedades, grupos econômicos e pessoas, caracterizando-se pela presteza, flexibilidade e facilidade das suas operações, garantidas pelos meios modernos de comunicação e de transporte; 2. Para as esquerdas internacionais *(atente-se para a estigmatização que fazem das forças adversas, ainda que o objetivo a ser alcançado – GOVERNANÇA GLOBAL - é justamente o deles próprios, da mentalidade revolucionária. Isto cria a confusão mental, a “paralaxe cognitiva”, tão enfatizada pelo Filósofo Olavo de Carvalho, que paralisa o entendimento e inibe a reação contrária)*, instrumento de domínio e de exploração neoliberal, do imperialismo, do capitalismo selvagem e do sistema financeiro mundializado para o domínio e extinção dos estados nacionais soberanos.

GOVERNANÇA

1. Vulgarmente, gerenciamento; gestão; processo complexo de tomada de decisão; 2. Para os Globalistas (defensores da Governança Global), o conjunto de maneiras pelas quais os indivíduos e instituições privadas e governamentais administram os seus interesses; 3. Processo contínuo pelo qual interesses conflitantes ou divergentes podem ser solucionados e convertidos numa ação cooperativa. V. Governança Global.

GOVERNANÇA MUNDIAL

Governança Global; V,

GOVERNANÇA SEM GOVERNO

Imagem do sistema de gestão da Governança Global, constituída por órgãos transnacionais executivos (comitê, secretariado, conselho), normativos (parlamento ou assembléia) e judiciários (tribunais), instituídos por um **Pacto Global**, dispensando uma estrutura liberal-democrática representativa. V. Progressismo Transnacional.

GOVERNO GLOBAL

1. Para O Council on Foreign Relations (CFR - entidade socialista Fabiana nos EUA), nova ordem socialista transnacional governada por especialistas; 2. Para os globalistas, corpo técnico de gestão da **Governança Global** (Governança sem Governo), estabelecido por um Pacto Global, reunindo poder e influência para elaborar, interpretar e aplicar um conjunto de leis transnacionais. [A ONU ou um “parlamento” para a “Ação Global” poderia ser o futuro organismo de Governo Global.] V. Governança Global. Cf. Governo Mundial.

GOVERNO MUNDIAL

Para as esquerdas internacionais e outras tendências antiimperialistas, domínio político e econômico do mundo pretendido por uma “oligarquia” ou “stablishment” internacional e pela potência hegemônica (EUA), no contexto da globalização, com a aplicação do conceito de “soberania limitada” (ou “relativa”), eliminação das fronteiras dos Estados-Nação ou extinção delas mesmas. Cf. Governo Global. [Factóide criado pelas esquerdas internacionais como propaganda antiimperialista e anticapitalista. Alega que a concepção de Governo Mundial foi criado por Henry A. Kissinger (por sinal, fabiano e membro do CFR) “desde que passou a trabalhar para a Família Rockefeller” .].

GRUPO HUMANO QUALIFICADO

Para os globalistas (defensores da Governança Global) conjunto humano minoritário que se distingue pela etnia, raça, origem (emigração), sexo (“gênero”), opção sexual (homossexualidade), cultura ou religião e que, por razão política, econômica, social ou cultural é excluída da composição e da participação nacionais no país em que vive. V. Sociedade Civil Global.

IDEOLOGIA INTERMEDIÁRIA

Conceito político, econômico ou social, ou uma idéia-força coerente e convergente com a ideologia revolucionária (ideologia principal), exposta de forma compreensível e atraente para as pessoas, levando-as a aceitar as teses que favorecem o movimento revolucionário, iludidas quanto aos seus objetivos reais.

INTELLIGENTSIA

1. Vulgarmente, os intelectuais como grupo especial de pessoas ou elite artística, social, cultural ou política; a intelectualidade. 2. Vanguarda ou liderança intelectual de um país, organização ou movimento cultural, social ou político.

INTERNACIONAL

Condição das entidades, atividades e fatos políticos, econômicos e sociais que se desenvolvem nas relações entre os Estados-Nação. Cf. Transnacional.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO OSCIP

Organização Não-Governamental (ONG) cujo objetivo e atividade substituem ou complementam alguma atribuição do Estado, particularmente nos campos da educação, saúde, assistência social, segurança pública e meio ambiente. Observe-se que, segundo a estratégia de A. Gramsci, estas organizações devem, ao exercer as suas funções, substituir o papel do Estado, executando tarefas que deveriam ser exercidas pelos órgãos competentes, realizado por funcionários públicos preparados, concursados e responsáveis pelos resultados a atingir, dentro do orçamento governamental que se destine ao fim proposto. Uma organização desta natureza, normalmente fundada por pessoas ligadas a partidos políticos da base governista (ou com fortes finalidades ideológicas), é contratada pelo governo para realizar o trabalho cujo orçamento se destina ao órgão competente, a um valor indiscutível, pois no bojo de sua proposta pode se admitir a satisfação de interesses pessoais ou partidários. Pelo tratamento especial e preferencial que os governos concedem às OSCIP (bem como às ONGs e OGP), a proposta pode ser aprovada sem Concorrência Pública, num flagrante desrespeito à lei da concorrência saudável, que beneficia o mais competente e honesto e, certamente, demonstra zelo pelo trato da Coisa Pública (*Res Publica*). Via de regra, estas organizações servem também de cabides de emprego para protegidos de políticos que não conseguiram ingressar no

Serviço Público por meios legais. Suas atividades, disfarçadas em atender necessidades sociais (Educação, Cultura, Saúde, etc,) são poderosos meios de encaminhar orientação socializante, difundir temas de esquerda e cooptar seus beneficiados como elementos politizados para suas causas. Finalmente, com base nestas benesses, concedidas pelo próprio Estado e partidos de sua base, se apresentam à sociedade postulando ser representante de suas aspirações junto ao governo, numa tentativa de substituir o papel dos partidos políticos. Numa Liberal-Democracia Representativa, o partido deve ser o verdadeiro representante do povo (através dos políticos de sua legenda que foram eleitos para os cargos do legislativo). A interlocução destas organizações diretamente com o governo, passando por cima dos partidos, representa um enorme perigo à Democracia. Para se ter uma idéia da parcialidade que rege a formação de tais organizações, no Brasil, o primeiro passo para o seu registro é obter a aprovação do Ministério da Justiça dos seus Estatutos. Recomendamos que obtenham na internet, o Estatuto exigido para tal aprovação, para que os leitores formem juízo do que estamos falando. Cf. Organização Governamental Privada – OGP

ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL PRIVADA – OGP

Organização voluntária privada que recebe contribuições de fontes particulares e recursos financeiros do governo para realizar algum projeto público (no campo da educação, saúde, assistência social, cultura, filantropia, meio ambiente) ou promover política governamental no país ou no exterior. Cf. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. A diferença de conceito é praticamente nula, entre OGP, OSCIP e ONG. Aqui, a ênfase se mostrou no tratamento que se dispensa à ONG (ou OSCIP): no momento em que a organização começa a receber recursos do governo, ela passa a ser entendida como OGP.

ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL – ONG

Entidade voluntária privada constituída por pessoas no seio da Sociedade Civil, sob uma liderança voluntariamente aceita, considerada sem qualquer vinculação com o Estado, que tem por objetivo prover necessidades corporativas de um segmento social ou profissional ou promover um ideal político, ideológico, social, cultural ou humanitário. Cf. Organização Governamental Privada.

PACTO GLOBAL

Protocolo ou acordo supranacional para constituição da **Governança Global**, estabelecido pelo consenso da “intelligentsia” dirigente do **Progressismo Transnacional**, da **Sociedade Civil Global** e dos Estados-Nação (que, ao aderirem, abdicam da sua Soberania absoluta), dispensando as práticas da Liberal-Democracia Representativa.

PERMEACÃO

Para os social-democratas ingleses (fabianos), difusão de suas idéias socialistas entre os políticos e intelectuais liberais e conservadores, principalmente entre as pessoas influentes em todos os campos e níveis do Estado e da Sociedade, empregando argumentos racionais e convincentes. [*“duas ou três gotas de idéias, na justa medida”.*]

PROGRESSISMO TRANSNACIONAL

1. Movimento Internacional de promoção da **Governança Global** (Revolução Racional Pacífica) conduzido por uma intelectualidade (pensadores e teóricos) e por personalidades políticas do fabianismo inglês, da esquerda social-democrata europeia e do “centro-esquerda” (autodenominados “liberais”) dos EUA e do Canadá,

atuando numa aliança informal e difusa no âmbito da **Sociedade Civil Global**; Globalismo.

2. O Sistema de **Governança Global** (leis, normas, regulamentações e instituições) subordinado a uma autoridade executiva transnacional. [A concepção do Progressismo Transnacional é considerado por muitos intelectuais da União Européia, universidades (particularmente norte-americanas e políticos de esquerda), como um projeto que limita aspirações hegemônicas dos EUA. Por isso, atrai muitos aliados de oportunidades (“companheiros de viagem”): esquerda revolucionária (marxista) anarquistas, fundamentalistas islâmicos (que de tudo se aproveitam para o seu projeto revolucionário particular), anti-americanos e anti-socialistas.]

REVOLUÇÃO RACIONAL PACÍFICA

Protagonismo dos agentes do Progressismo Transnacional para implantar a **Governança Global** por meio da difusão intelectual, pela **permeação** de personalidades e pelo ativismo dos organismos coletivos (ONG's, OGP's e movimentos sociais).

SOCIEDADE CIVIL GLOBAL

O conjunto extra-nacional de personalidades (intelectuais, políticos, empresários de multinacionais, funcionários da ONU), instituições (fundações privadas, agências da ONU, etc.) e organismos coletivos voluntários (Organizações Não-Governamentais, Organizações Governamentais Privadas e movimentos sociais) ideologicamente diversificados que atuam em âmbito mundial; Sociedade Civil Mundial.

TRANSNACIONAL

Condição das entidades, atividades e fatos políticos, econômicos e sociais que transcendem a soberania dos Estados; Cf. Internacional.

TRANSNACIONALISMO

Prática autônoma de gestão e de solução dos problemas globais, conduzida por intermédio de normas, organizações e personalidades independentes e acima dos Estados-Nação; Globalismo.

TRANSNACIONALISMO PROGRESSISTA

Progressismo Transnacional; V.